

## **ANEXO II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada em assuntos de alta complexidade e de dificuldade operacional, relacionados a convênios, junto aos Governos Federal e Estadual, destinadas ao Município de Taiúva, incluídas no Sistema de Gestão de Contratos e Convênios Federais - TRANSFEREGOV, Convênios Estaduais - São Paulo Sem Papel, Sistema de Convênios Saúde - INVESTSUS/FNS, Sistema de Convênios Assistência Social - WEBSUAS-MDS-FNAS e execução de serviços de documentação dos veículos da frota municipal, junto ao Departamento de Trânsito - DETRAN-SP, SENATRAN e Poupatempo.

#### **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada em assuntos de alta complexidade e de dificuldade operacional, relacionados a convênios, junto aos Governos Federal e Estadual, destinadas ao Município de Taiúva.

O objeto desta aquisição é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

#### **JUSTIFICATIVA:**

A contratação pretendida visa otimizar diversas áreas da gestão municipal através do bom andamento das atividades do sistema municipal de gestão de convênios e contratos de repasse de recursos por meio de transferências dos Governos Federais e Estaduais e justifica-se pela necessidade constante de implementação de projetos e ações diversas voltadas ao pleno desenvolvimento municipal.

#### **RESULTADO ESPERADOS:**

A contratação pretendida visa suprir necessidades de assessoria e consultoria na prestação de contas em convênios, contratos de repasses e projetos de captação de recursos ao Departamento de Planejamento - DEPLAN. A transferência de recursos mediante a celebração de convênios e contratos de repasse requer a manutenção de equipes devidamente treinadas e atualizadas sobre a legislação que regulamenta a matéria, visando dessa forma que o gerenciamento e a execução dos procedimentos referentes à solicitação, execução, acompanhamento e prestação de contas dos recursos destinados ao Município, sejam realizados de forma ordenada e sistêmica.

Desta forma, espera-se a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada em assuntos de alta complexidade e de dificuldade operacional, relacionados a convênios, junto aos Governos Federal e Estadual, destinadas ao Município de Taiúva.

#### **CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

**DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

**DA CONTRATAÇÃO**

Definidas no Estudo Técnico Preliminar.

**SOLICITAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

A contratante convocará a contratada para executar os serviços, objeto da licitação, após a assinatura do contrato.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

A convocação poderá ser enviada à contratada via Correio eletrônico (e-mail).

**ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO:**

Prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada em assuntos de alta complexidade e de dificuldade operacional, relacionados a convênios, junto aos Governos Federal e Estadual, destinadas ao Município de Taiúva, incluídas no Sistema de Gestão de Contratos e Convênios Federais - TRANSFEREGOV, Convênios Estaduais - São Paulo Sem Papel, Sistema de Convênios Saúde - INVESTSUS/FNS, Sistema de Convênios Assistência Social - WEBSUAS-MDS-FNAS e execução de serviços de documentação dos veículos da frota municipal, junto ao Departamento de Trânsito - DETRAN-SP, SENATRAN e Poupatempo, de acordo com as especificações constantes deste ETP, Termo de Referência, edital e anexos;

**OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS DA SEGUINTE FORMA:**

**I. À distância:** - Todos os dias úteis em horário de expediente, por meios de telecomunicações via telefone e e-mail, incluindo envio e retorno de arquivos de documentos e orientações;

**II. Presencial:** - O mínimo 3 (três) visitas semanais no Departamento de Planejamento.

A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços imediatamente, após a assinatura do contrato.

**CANCELAMENTO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE:**

Caso haja necessidade de cancelamento da execução dos serviços, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

**GESTÃO DO CONTRATO:**

O Gestor do contrato será o Diretor do Departamento de Planejamento o Senhor Roberto Eugênio Rodrigues, que irá acompanhar a execução e a fiscalização, prestando subsídios necessários para execução dos serviços, em conformidade com suas competências e demais disposições legais necessárias ao bom andamento dos serviços.

O Gestor do contrato atestará a aprovação dos serviços apresentados, emitindo recebimento e solicitando eventuais correções, após as eventuais correções, caso necessário, será emitido, recebimento dos serviços.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

A vigência do contrato será determinada por 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observadas as características do objeto contratado, conforme o disposto no Art. 75, incisos II, da Lei 14.133/2021.

**ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

No ato de assinatura do contrato, a empresa vencedora da licitação deverá designar os responsáveis por atender as demandas solicitadas pelo contratante e para prestar esclarecimentos sobre questões técnicas relacionadas ao planejamento, coordenação e execução.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com as especificações e exigências constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos imediatamente após ciência do contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

**PRAZO DE FATURAMENTO/PAGAMENTO:**

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria Municipal por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico a empresa CONTRATADA, após o recebimento definitivo das notas fiscais eletrônicas, devidamente conferidas e aprovadas pelo Gestor do contrato.

A nota fiscal eletrônica, sem qualquer rasura, deverá ser emitida até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e será paga em até 10 (dez) dias, contados da liquidação, mediante apresentação de Laudo de Medição dos Serviços prestados, emitido pelo responsável da execução dos serviços, salvo reprovação de serviços ou da própria fatura.

Para cada pagamento haverá o Laudo de Medição correspondente.

Em cada nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigente e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

**FORMA DE PAGAMENTO:**

O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais.

As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência deverão informar essa condição expressamente nos documentos fiscais.

**FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor global, com critério de julgamento do tipo menor preço, observadas as exigências deste termo de referência, estudo técnico preliminar e edital.

**DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS A PARTICIPAÇÃO:**

Para habilitar os interessados em participar do certame serão exigidos, os seguintes documentos relativos a:

Habilitação Jurídica;  
Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;  
Qualificação Técnica Profissional e Operacional;  
Qualificação Econômico Financeira;  
Declarações Complementares.

**DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social;

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Registro ou inscrição na entidade profissional competente (Junta Comercial do Estado).

Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio de apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da empresa licitante, no período mínimo de 06 (seis) meses consecutivos.

**DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis referentes ao ano calendário 2022 e 2023;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, limitar-se-á ao último exercício;

As licitantes que adotaram a escrituração digital ECD-SPED, já exigíveis estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial, devendo apresentar obrigatoriamente, em seu lugar, o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (ECD-SPED), pelo Agente Receptor SERPRO, dos 2 (dois) últimos exercícios financeiros, já exigíveis referentes ao ano calendário 2022 e 2023;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o SPED, limitar-se-á ao último exercício;

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo simples nacional poderão apresentar o DEFIS em substituição ao balanço patrimonial; neste caso, obrigatoriamente deverão apresentar:

O enquadramento no Simples Nacional, comprovado através de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS, dos dois últimos exercícios financeiros, já exigíveis referentes ao ano calendário 2022 e 2023;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o DEFIS, limitar-se-á ao último exercício.

Quaisquer empresas não optantes pelo simples nacional, inclusive ME ou EPP, e que não adotaram a escrituração digital (ECD-SPED) deverão obrigatoriamente apresentar o Balanço Patrimonial;

As empresas constituídas no mesmo exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação, ficando autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo registro contábil de abertura;

A Capacidade Financeira da pessoa jurídica representada pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de cada exercício social deverá ser comprovada pelos seguintes índices:

Liquidez Geral (LG);

Liquidez Corrente (LC); e

Endividamento (E).

**Tais índices serão calculados como se segue:**

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP);$

$LC = (AC / PC);$

$E = (PC + ELP) / PL.$

**Onde:**

PL = Patrimônio Líquido;

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo circulante;

ELP = Exigível a longo prazo;

RLP = Realizável a longo prazo.

**Serão exigidos índices de:**

Liquidez Geral, igual ou maior a 1,0;

Liquidez Corrente, igual ou maior a 1,0;

Endividamento, igual ou menor a 1,8.

A demonstração dos índices deverá ser efetuada através da elaboração de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declaração formal de que os valores respectivos inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados e as assinaturas dos representantes legais e de seu contador, devidamente identificados.

As certidões terão validade pelo prazo nela consignados e quando omissão terão validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

#### **DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:**

Junto as documentações, os licitantes deverão apresentar as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

Declaração de Idoneidade;

Declaração dos Requisitos de Habilitação;

Declaração de Não Vínculo;

Declaração de Exame do Edital;

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD-SPED;

Declaração de Informações Sócio Econômicas e Fiscais – DEFIS;

Declaração que, se vencedora, irá disponibilizar pessoal técnico;

Declaração do cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

Declaração de que no preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, estadias, alimentos, transportes, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste edital, relativo aos trabalhos objeto desta licitação.

**CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor global por item, discriminando o preço unitário e total dos itens que o compõe;

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

O valor global por item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais.

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura.

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante.

Será facultado à contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada.

O critério para aceitabilidade da proposta será o de menor valor unitário/mensal.

**DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATADO:**

Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do contrato;

Responsabiliza-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pelo CONTRATANTE não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento do contrato;

Comunicar ao CONTRATANTE, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Manter conta bancária no nome empresarial, disponível para pagamento, com cheque emitido nominalmente para depósito somente na conta do favorecido.

#### **DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATANTE:**

Rejeitar qualquer serviço se não executado de acordo com as normas estabelecidas;

Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço, fixando lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

Regressar contra a CONTRATADA no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da execução dos serviços objeto do contrato;

Executar o pagamento, à contratada, da forma disposta.

#### **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, pelo prazo de 3 (três) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Atrasar na entrega do objeto contratado.

Demais sanções administrativas são aquelas previstas pelos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.